



- Lavinia Barros de Castro - Professora de IBMEC-RJ e Economista do BNDES e
- José Roberto Afonso - Investigador do CAPP/Universidade de Lisboa e Professor do IDP

OPINIÃO

Quem Espera, Nunca Alcança



02/05/2023 às 06:00 | Atualizado 02/05/2023 às 07:34

Compartilhe:

-
-
-
-
-

Ouvir notícia

Múltiplas tormentas assolam o mundo: riscos climáticos ascendentes e transição energética urgente; elevado endividamento; hiato de investimentos em infraestrutura física nos países emergentes e corrida digital nos ricos; destruição de emprego da robotização até inteligência artificial; desigualdade que se agudiza; saúde pressionada por custos do envelhecimento e prevenção de nova

pandemia internacional, educação a ter que formar profissões ainda nem definidas. Estes e outros desafios cobram investimentos de longo prazo, demandando não apenas capitais volumosos como novas formas de crédito. Não por outro motivo, cada vez mais, governos estão a valorizar ou mesmo a criar instituições de fomento ao desenvolvimento (chamadas IFDs).

As primeiras IFDs surgiram em meados do século XIX na França, Alemanha e Itália. Ganharam força ao final das grandes guerras mundiais para reconstruir os países completamente devastados, como no caso alemão e japonês, ou para industrializar economias agrícolas, como no caso coreano (*Korean Development Bank*) e brasileiro (BNDES). No final do século passado, houve momentos de redução de novas dessas instituições. Mas, após a crise financeira de 2008, o seu universo amentou em mais de 130 instituições. Em 2021, foram contadas mais de 520 IFDs, em 154 países (ou seja, alguns usam bancos setoriais e regionais), dos quais 11 são mega instituições, com ativos acima de meio trilhão de dólares. O maior banco nacional (dados de 2021) é o *China Development Bank* – CDB (US\$ 2.701 bilhões de ativos); o maior multilateral é o Banco Europeu de Investimento – BEI (US\$ 710 bilhões); o maior europeu é o alemão *Kreditanstalt für Wiederaufbau* – KfW (US\$ 627 bilhões); e o maior latino, o BNDES (US\$ 132 bilhões).

Na história e conforme as economias, mudam as razões e a natureza das IFDs, mas o reconhecimento crescente de sua necessidade os consolida como soluções a que os governos lançam mão quando precisam equacionar grandes desafios. Suas missões exigem ousadia, visão de futuro e recursos públicos, ainda que indiretos (oriundos de orçamentos, de isenções tributárias e de captações garantidas pelo tesouro). Por isso, são sempre estatais os bancos de desenvolvimento, que não se confundem com os de investimento, quase sempre privados.

Se bancos privados passaram a se preocupar com a dita agenda ESG, as IFDs foram cobradas a atender os objetivos de desenvolvimento sustentável (OSD), acordados nas Nações Unidas. A pandemia mostrou vulnerabilidades da dependência externa de insumos estratégicos e das cadeias globais de valor, intensificando o debate da necessidade de novas políticas industriais. A pandemia também reafirmou a necessidade de uma agenda global de inovação aberta em temas cruciais, como a saúde. A guerra da Ucrânia, por sua vez, veio a exigir novas e mais medidas emergenciais, notadamente na Europa, em torno da transição energética, para diminuir a dependência de petróleo e reacendeu debates sobre as consequências da intensificação de movimentos migratórios, seja por conflitos militares, seja por eventos climáticos extremos que exigem medidas concretas e imediatas. As sociedades mais diversas passaram a rejeitar a exclusão social, reforçando agendas de gênero e diversidade. São desafios complexos e imensos que os bancos de desenvolvimento são chamados a ajudar a enfrentar.

Neste contexto, é muito importante o diálogo entre as IFDs de diferentes economias e regiões. Podem buscar projetos de interesse comum e identificar oportunidades de cofinanciamento, de forma a compartilhar riscos e impulsionar oportunidades. Em particular, as seguintes agendas se mostram estratégicas: a) fomentar mercados e fundos para ações climáticas; b) impulsionar investimentos em energia sustentável e eficiência energética, c) promover agendas de digitalização de MPMEs (compartilhando experiências de sucesso), d) promover agendas de inclusão social, e) impulsionar o desenvolvimento de instrumentos de garantia públicos de forma a reduzir incertezas e compartilhar riscos, f) criar novos instrumentos de fomento à inovação, g) ampliar intercâmbios técnicos que permitam trocarem informações sobre iniciativas públicas de sucesso e pontos de gargalo a serem enfrentados.

Conhecer e participar da experiência internacional é importante para o Brasil que enfrenta tantos ou até maiores desafios que outras economias – ao menos, raros são aqueles com tanta desigualdade entre famílias e regiões e muito menos tem perdido décadas seguidas de crescimento. Para vencer desafios complexos é bom ter IFD de porte. O BNDES não é uma jabuticaba, como o Brasil não é o único país a ter outras agências de fomento regionais e setoriais (aliás, vitais no caso do sucesso alemão e chinês). A literatura ou o noticiário de finanças no resto do mundo não aponta conflito entre atuação ou mesmo captação da IFD estatal contra bancos privados, inclusive porque geralmente são eles repassadores e parceiros daquele (aliás, como é no caso do BNDES). Muito menos se conhece algum banco central que se diga limitado em sua capacidade de conduzir a política monetária e creditícia por conta da presença do IFD (inclusive no caso das gigantescas instituições europeias e asiáticas).

Durante a cimeira luso-brasileira, ao final de abril em Lisboa, dirigentes do BNDES (o presidente Aloizio Mercadante) e do BEI (vice-presidente Ricardo Mourinho Félix), além da APEX (o presidente Jorge Viana) participaram de evento (Duetos) organizado pela associação FIBE para promover o diálogo entre a maior IFD europeia e latina, dentre outros diálogos d'almém-mar. Em particular, o Brasil, e o seu BNDES, podem vir a tirar muitas lições e construir parcerias com a Europa, em particular com o BEI, para enfrentarem desafios semelhantes em dimensão e complexidade.

Apesar de serem bancos de natureza distinta, o BNDES (banco nacional) foi criado em 1952 e o BEI (banco multilateral) em 1958, portanto, no mesmo contexto histórico. Desde 1993 o BEI atua na América Latina, já tendo financiado mais de 150 projetos, sendo 40% no Brasil, inclusive foi anunciada a inauguração para breve de escritório em Brasília. O Brasil é considerado um parceiro estratégico para a Europa por seu potencial de sumidouro de carbono, por sua

ampla biodiversidade e pela possibilidade de múltiplas parcerias, sobretudo, nas áreas de energia sustentável, digitalização e inovação. O intuito é que as parcerias se intensifiquem.

Enfim, a economia e a sociedade que emergiu depois da revolução digital e da pandemia, exigem mudanças estruturais, drásticas e rápidas. As instituições financeiras de desenvolvimento são agentes de transformação com comprovada competência, para equacionar tais desafios monumentais. Em os tendo, é muito luxo não os mobilizar diante de tanto lixo por coletar e processar em nossas economias e sociedades. É tempo de se trabalhar e realizar. Lembrando Chico Buarque, que recebeu o prêmio Camões no dia seguinte ao Duetos, Mourinho do BEI repetiu um bom conselho: “Está provado, quem espera nunca alcança”.

Fórum CNN

Os artigos publicados pelo **Fórum CNN** buscam estimular o debate, a reflexão e dar luz a visões sobre os principais desafios, problemas e soluções enfrentados pelo Brasil e por outros países do mundo.

Os textos publicados no **Fórum CNN** não refletem, necessariamente, a opinião da **CNN Brasil**.

Sugestões de artigos devem ser enviadas a forumcnn@cnnbrasil.com.br e serão avaliadas pela editoria de especiais.